

**ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2023/2024**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** RS001044/2023  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 02/05/2023  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR017782/2023  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 10264.103264/2023-71  
**DATA DO PROTOCOLO:** 28/04/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESC E EMP SERV CONTAB RS, CNPJ n. 01.076.321/0001-32, neste ato representado(a) por seu Secretário Geral, Sr(a). RODRIGO PREUSS DE ARAUJO FONSECA;

E

CARDEAL CONTABILIDADE LTDA, CNPJ n. 95.191.417/0001-95, neste ato representado(a) por seu Sócio, Sr(a). GUILHERME CARDEAL;

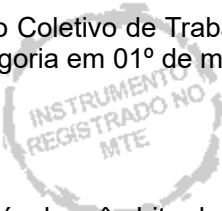
celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de março de 2023 a 29 de fevereiro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de março.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **empregados em empresas e escritórios de serviços contábeis**, com abrangência territorial em **Porto Alegre/RS**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL MINIMO**

Ficam instituídos, a partir de 1º de março de 2023, os seguintes pisos salariais mínimos para os integrantes da categoria:

- a) Empregados em geral R\$ 1.724,00
- b) Empregados que exerçam a função de office-boy e serviço de limpeza R\$ 1.381,00

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Fica assegurado percentual do CCT 2023/2024 se esse for maior do que o aqui acordado, ou ainda em caso de complementação.

**REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS****CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

Em **1º de março de 2023** os salários dos empregados representados pela entidade profissional acordante serão reajustados no percentual de 5,47% (cinco inteiros e quarenta e sete centésimos por cento), a incidir sobre os salários reajustados na forma da Convenção Coletiva de Trabalho ora revista.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na hipótese de o empregado não ter paradigma ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois da data-base da categoria, será adotado critério proporcional ao tempo de serviço, com adição ao salário de admissão, conforme tabela abaixo:

<b>Admissão</b>	<b>Reajuste</b>
MAR/2021	5,47%
ABR/2021	5,47%
MAIO/2021	5,47%
JUN/2021	5,47%
JUL/2021	5,47%
AGO/2021	5,47%
SET/2021	5,47%
OUT/2021	5,47%
NOV/2021	5,47%
DEZ/2021	5,47%
JAN/2022	5,47%
FEV/2022	5,47%

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Não poderá o empregado mais novo na empresa, por força do presente acordo, perceber salário superior ao mais antigo na mesma função.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Poderão ser compensados os aumentos salariais, espontâneos ou coercitivos, concedidos durante o período revisando, exceto os provenientes de término de aprendizagem, implemento de idade, promoção por antiguidade ou merecimento, transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade, e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DIFERENÇAS SALARIAIS**

As diferenças salariais decorrentes do presente acordo, retroativo a março/2023, deverão ser pagas junto com a folha do mês de abril/2023

### **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO EM DINHEIRO**

Fica assegurada a obrigação de o empregador efetuar o pagamento dos salários em moeda corrente nacional, sempre que ele se realizar em sexta feira ou véspera de feriado, desde que não seja creditado em conta bancária.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO PARA PAGAMENTO DO SALÁRIO**

Os salários deverão ser pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na hipótese de descumprimento da norma acima o Sindicato dos Empregados em Escritórios e Empresas de Serviços Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul, notificará, por qualquer meio, a Entidade Patronal suscitada, que diligenciará junto à empresa que a obrigação seja satisfeita no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da notificação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Persistindo o descumprimento, a empresa se obriga a pagar a multa diária de 1/2 (meio) dia de salário por dia de atraso em favor do empregado, a contar do prazo estabelecido no "caput" e parágrafo primeiro desta cláusula, ficando a referida multa limitada ao valor do principal.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na hipótese do não pagamento da multa fixada no parágrafo anterior, e, sendo este objeto de cobrança perante a Justiça do Trabalho e reconhecido o direito do empregado a percebê-la seu valor será devido à razão de 01 (um) dia de salário por dia de atraso, limitada ao valor do principal.

## **CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO DE SALÁRIO POR SISTEMA BANCÁRIO**

As empresas que pagam os salários de seus empregados através de depósito em conta salário envidarão esforços para que a instituição financeira não cobre taxas bancárias do trabalhador que utiliza a conta apenas para saque do seu salário.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Fica garantido ao empregado que o crédito dos vencimentos seja procedido dentro do horário de atendimento bancário e, fica garantido ao empregado caso o pagamento do salário seja efetuado em cheque, ocorra em horário que permita desconto imediato do mesmo conforme previsto na letra "a", do artigo 2º da Portaria do Mte nº 3.281-7/12/1984.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Fica garantido aos trabalhadores com carga horária superior a 40 (quarenta) horas semanais a liberação por 2 (duas) horas para em determinada data e horário bancário retirar o seu cartão magnético atinente a sua conta salário, desde que a jornada do trabalhador coincida com o horário normal de funcionamento do banco

## **ISONOMIA SALARIAL**

### **CLÁUSULA NONA - ISONOMIA SALARIAL**

Proibição de haver desigualdade salarial entre homens e mulheres que prestem serviço ao mesmo empregador, exercendo idêntica função, com o mesmo tempo de serviço e mesma produtividade

## **DESCONTOS SALARIAIS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DESCONTOS DAS MENSALIDADES**

As mensalidades devidas ao sindicato que representa a categoria profissional, quando autorizado pelos empregados, serão descontadas dos salários pelos empregadores e recolhidas aos cofres da entidade até o 10º (décimo) dia do mês subsequente

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO**

Admitido empregado em função de outro dispensado sem justa causa, será garantido àquele salário igual ao do seu empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CÓPIAS DOS RECIBOS**

As empresas ficam obrigadas a fornecer a seus empregados, cópia dos recibos salariais com a identificação da empresa onde constarão a remuneração, com o discriminativo das parcelas, a quantia líquida paga, os dias trabalhados, ou o total da produção, as horas extras, e os descontos efetuados inclusive para a previdência social e o valor correspondente ao FGTS.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUBSTITUIÇÃO NÃO EVENTUAL**

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.

**GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS  
13º SALÁRIO****CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GRATIFICAÇÃO NATALINA**

A Gratificação Natalina deverá ser satisfeita dentro dos prazos legais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na hipótese de descumprimento da norma estabelecida o Sindicato dos Empregados em Escritórios e Empresas de Serviços Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul, notificará por qualquer meio o Sindicato patronal, que diligenciará junto a Empresa, para que a obrigação seja satisfeita no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Persistindo o descumprimento, a empresa se obriga a pagar uma multa diária de 1 (um) dia de salário, por dia de atraso, em favor do empregado, a contar do prazo estabelecido.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ANTECIPAÇÃO DO 13 SALÁRIO**

Os empregadores serão obrigados a pagar 50% (cinquenta por cento) do 13º salário aos empregados que o requiriram até 05 (cinco) dias após o recebimento do aviso de férias

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - BENEFICIO PREVIDENCIÁRIO**

A gratificação de Natal proporcional ao período de afastamento do empregado em gozo do benefício previdenciário, quando por período inferior a 180 (cento e oitenta) dias, será paga pelo empregador

**GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO****CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PREMIO QUEBRA DE CAIXA**

Concede-se ao empregado que exerce permanentemente a função de caixa, prêmio de 10% (dez por cento) do piso salário mínimo da categoria, ficando ajustado, porém, que ditos valores não farão parte integrante do salário do empregado, para qualquer efeito legal.

**ADICIONAL DE HORA-EXTRA****CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORA EXTRA**

As horas extras, permitidas por lei, serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento).

**ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO**

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Fica assegurada a concessão de um adicional de 8% (oito por cento), calculado sobre o piso salarial mínimo da categoria de acordo com a atividade/função do empregado, por quinquênio de serviço prestado na mesma empresa. Poderão ser compensados os adicionais por tempo de serviço já pagos pelo empregador.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Para os empregados admitidos a partir de 1º de novembro de 2000 fica assegurada a concessão de um adicional de 6% (seis por cento), calculado sobre o piso salarial mínimo da categoria de acordo com a atividade/função do empregado, por quinquênio de serviço prestado na mesma empresa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Fica assegura do um prêmio de Aniversário de Empresa, pago anualmente a partir de 2023, pagos no mês seguindo ao mês que completarem anos de Empresa, por meio de cartão de benefícios flexíveis, como premiação conforme tabela abaixo:

- de 1 a 3 anos de Empresa R\$ 163,40
- de 4 a 6 anos de Empresa R\$ 245,10
- de 7 a 9 anos de Empresa R\$ 326,80
- 10 anos ou mais de Empresa R\$ 408,50

## AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA - AUXILIO ALIMENTAÇÃO

O auxilio alimentação e/ou refeição será pago no valor mínimo de **R\$ 25,00** (vinte e cinco reais) por dia trabalhado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A partir de 1º de março de 2017 os empregados admitidos que trabalharem menos de 220 horas mensais, receberão o vale-refeição ou alimentação proporcionalmente ao número de horas trabalhadas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os vale-refeição e/ou alimentação fornecidos são de natureza indenizatória e o valor correspondente não integrará o salário para qualquer efeito legal. Os vale-refeição e/ou alimentação não poderão ser pagos em dinheiro.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Excetua-se da presente cláusula os empregadores que já mantêm convênio com empresas fornecedoras de vale-alimentação/refeição ou ainda aquelas que mantêm estabelecimento próprio ou ainda convênio com terceiros não oneroso para os empregados para fornecimento de alimentação, desde que fique garantido uma alimentação com qualidade.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Os referidos vales deverão ser fornecidos de acordo com a legislação e esta cláusula, de forma antecipada, em no máximo duas parcelas, e cada parcela deverá ter a quantidade mínima que possibilite ao empregado o seu uso em pelo menos quinze dias.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O desconto a título de participação do colaborador fica limitado a R\$ 0,50 mensais.

## AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AUXILIO FUNERAL

Os empregadores ficam obrigados a fornecer Auxílio Funeral, no caso de morte do empregado ou invalidez permanente, pago ao cônjuge ou dependentes em caso de morte e ao próprio empregado em caso de

invalidez, no valor de 03 (três) pisos salariais mínimos da categoria, desde que os empregadores não mantenham ou subsidiem seguro de vida em grupo para seus empregados.

## **AUXÍLIO CRECHE**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUXILIO CRECHE**

Os empregadores que não mantiverem creches de forma direta ou conveniada pagarão, aos seus empregados, auxílio mensal de valor equivalente a 0,10 (um décimo) do piso salarial mínimo da categoria estipulado para os empregados em geral da localidade, por filho de até 06 (seis) anos de idade, a partir do nascimento. O pagamento do auxílio creche fornecido pela empresa é de natureza indenizatória e o valor correspondente não integrará o salário para qualquer efeito legal.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Equipara-se a mãe, ou pai, o empregado que mantenha a guarda judicial, bem como a adoção regular de crianças com a idade de até 06 (seis) anos, devidamente comprovada

## **SEGURO DE VIDA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO**

Os empregadores deverão manter apólice de seguro de vida em grupo beneficiando seus empregados, de adesão facultativa, nos seguintes valores: R\$ 13.315,38 (treze mil e trezentos e quinze reais e trinta e oito centavos) por morte natural e R\$ 26.629,53 (vinte e seis mil e seiscentos e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos) por morte acidental ou invalidez permanente acidentária, conforme preconiza o artigo 7º, XXVIII da CRFB.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os empregadores e empregados poderão ajustar o percentual de participação a ser pago pelas partes referente ao valor do prêmio.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PAGAMENTO DA RESCISÃO**

Quando da rescisão de contrato de trabalho, ficará a empresa obrigada ao pagamento dos direitos rescisórios e anotação na CTPS até dez dias contados a partir do término do contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - No caso de descumprimento do estabelecido no "caput" desta cláusula, será devido ao empregado prejudicado o pagamento de multa de 1 (um) dia de salário por dia de atraso. O empregador que notificar o empregado, que teve o contrato resiliado, do dia, hora e local em que os valores rescisórios estarão à disposição, por escrito, estará eximido da multa, no caso de não comparecimento do empregado no dia apazado. O empregador deverá, neste ato, entregar o contrarrecibo ao empregado

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - MOTIVO DA RESCISÃO**

Ficam os empregadores obrigados, no caso de rescisão contratual, por justa causa, a fornecer ao empregado demitido, quando por este solicitado, documento que fique especificada a falta grave que teria motivado a despedida

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ANOTAÇÃO DA DISPENSA**

Ficam os empregadores que dispensarem seus empregados de comparecer ao trabalho durante o aviso prévio, obrigados a fazê-lo, por escrito, no verso do próprio aviso.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO / AVISO PRÉVIO**

Durante o prazo do aviso prévio, dado por qualquer das partes, salvo em caso de reversão ao cargo de exercente de função de confiança, ficam vedadas as alterações contratuais inclusive de local de trabalho.

### **AVISO PRÉVIO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CONTAGEM DO AVISO PRÉVIO**

Estabelecem as partes que na contagem do prazo de aviso prévio, conta-se a partir do dia seguinte ao da comunicação e incluindo o de vencimento.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - SUSPENSÃO DO AVISO PRÉVIO**

O aviso prévio será suspenso na hipótese de o empregado entrar em gozo de benefício previdenciário, completando-se o tempo nele previsto após a alta concedida pela Previdência Social.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO**

Fica estabelecido que na concessão do aviso prévio, dado pelo Empregador, poderá o empregado mediante comprovação de novo emprego, se desligar, e o empregador pagará somente os dias efetivamente trabalhados, bem como as demais parcelas rescisórias que o empregado fizer jus

### **ESTÁGIO/APRENDIZAGEM**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ESTÁGIO**

Os empregadores somente poderão admitir estagiários em seus estabelecimentos desde que regularmente matriculados em cursos vinculados ao ensino público e particular. O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estagiário.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ESTAGIÁRIOS**

Fica estabelecido que as empresas que contratarem estagiários deverão comunicar ao sindicato profissional tal fato, sendo que somente poderão contratar estagiários de acordo com os seguintes limites abaixo fixados:

- A) para as empresas que tenham até 05 (cinco) empregados poderá contratar 01 (um) estagiário;
- B) para as empresas que tenham de 06 (seis) a 15 (quinze) empregados poderá contratar até 03 (três) estagiários;
- C) para as empresas que tenham mais de 16 (dezesesseis) empregados poderão contratar estagiários no percentual máximo de 20% (vinte por cento) do seu quadro de empregados.

**PARÁGRAFO PRIMERO** - Fica estabelecido que os estagiários contratados deverão exercer atividades que estão relacionadas com a sua formação profissional e curricular.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A previsão contida no "caput" e parágrafo primeiro da presente cláusula somente terá aplicabilidade a partir de maio de 2007.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - RELAÇÃO DE SALÁRIOS**

Quando requerido, os empregadores se obrigam a entregar ao empregado demitido a relação de seus salários durante o período trabalhado, ou incorporado na Relação de Salários de Contribuição (RSC), conforme formulário do INSS, no prazo de 15 (quinze) dias após o término do aviso prévio.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - PRAZO**

Os contratos de experiência não poderão ser celebrados por prazo inferior a 15 (quinze) dias, devendo os empregadores fornecerem cópias dos mesmos, no ato da admissão

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ANOTAÇÃO DO CONTRATO NA CTPS**

Obrigações de os empregadores entregarem ao empregado, no ato da admissão, cópia do contrato, caso o mesmo não se possa conter por inteiro nas anotações da CTPS

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

Readmitido o empregado no prazo de 06 (seis) meses, na função que exercia, não será celebrado novo contrato de experiência, desde que cumprido integralmente o anterior.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL**

É obrigatória a entrega ao empregado, de cópia de recibo da rescisão contratual preenchida e assinada.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - UNIFORME**

Os empregadores que exijam o uso de uniforme ficam obrigadas a fornecê-los sem qualquer ônus para seus empregados.



## **ESTABILIDADE MÃE**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ESTABILIDADE GESTANTE**

Será garantida a estabilidade provisória à empregada gestante, que não poderá ser dispensada desde a concepção até 90 (noventa) dias após o término do gozo do benefício previdenciário previsto em lei.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na hipótese de dispensa sem justa causa, a empregada deverá comprovar, com atestado médico, à empresa ou perante a Justiça do Trabalho, que o início da gravidez foi anterior ao aviso prévio, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias após a data do término do aviso prévio, sob pena de decadência do direito previsto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A empregada, por ocasião do seu retorno ao emprego, poderá abrir mão da garantia de emprego que excede o período previsto em lei, através de documento formal por ela subscrito e visado pelo sindicato profissional que deverá ser entregue ao empregador.

## **ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - SERVIÇO MILITAR**

Será garantido ao empregado que prestou serviço militar a estabilidade prevista na Lei 4.375/64.

## **ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - VÉSPERA DE APOSENTADORIA**

Fica assegurada a estabilidade provisória, durante os 12 (doze) meses anteriores à implementação da carência necessária a concessão do benefício de aposentadoria, ao empregado que mantenha contrato de trabalho com a mesma empresa pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos ininterruptos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Para a concessão da estabilidade acima prevista, o empregado deverá comprovar a averbação do tempo de serviço mediante certidão expedida pela Previdência Social. A apresentação da certidão poderá ser dispensada caso o empregador, a vista dos documentos fornecidos pelo empregado, verifique a existência do tempo de serviço necessário à concessão do benefício.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A concessão prevista nesta cláusula ocorrerá uma única vez, respeitado o direito de opção do empregado, restando prejudicada na hipótese de encerramento das atividades da empresa, dispensa por justa causa ou pedido de demissão.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

A duração normal da jornada de trabalho poderá, para fins de adoção do regime de compensação horária de que trata o art. 59 da CLT, ser acrescida de horas suplementares em número não excedente de 02 (duas) horas, respeitada a seguinte sistemática:

- a) o regime de compensação horária poderá ser estabelecido por períodos máximos de 60 (sessenta) dias, sendo considerados módulos bimensais. A apuração e liquidação do saldo de horas será feita, bimestralmente, nos finais dos meses de abril, junho, agosto, outubro, dezembro e fevereiro.
- b) as horas excedentes ao limite previsto na letra “a” da presente cláusula, serão pagas como extras e acrescidas do adicional previsto nesta convenção;

- c) os empregadores que se utilizarem da compensação deverão adotar controle de ponto da carga horária do empregado;
- d) a compensação dar-se-á sempre de segunda-feira a sábado.
- e) quando os empregadores se utilizarem da compensação e o sábado for feriado, deverão os empregadores pagar as horas compensadas durante a semana anterior como extraordinárias, com os adicionais previstos nesta convenção coletiva de trabalho.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As horas de trabalho reduzidas na jornada para posterior compensação não poderão ser objeto de descontos salariais, caso não venham a ser compensadas com o respectivo aumento da jornada dentro do mês e nem poderão ser objeto de compensação nos meses subsequentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Havendo rescisão de contrato e se houver crédito a favor do empregado, as respectivas horas serão computadas e remuneradas com o adicional de horas extras previsto nesta convenção.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Se houver débitos de horas do empregado para com o empregador, na hipótese de rompimento de contrato por iniciativa do empregador, as horas não trabalhadas serão abonadas, sem qualquer desconto nas verbas a que o trabalhador tiver direito na rescisão de contrato de trabalho.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A faculdade estabelecida no "caput" desta cláusula se aplica a todas as atividades, inclusive aquelas consideradas insalubres, independentemente da autorização a que se refere o artigo 60 da CLT.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Fica autorizado ao sindicato profissional ajustar com os empregadores acordo coletivo de trabalho alterando o prazo fixado neste instrumento, para que as empresas trabalhem, como por exemplo, alguns períodos a mais para compensar feriados pontes ou até mesmo o recesso do fim do ano.

## **CONTROLE DA JORNADA**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - LIVRO OU CARTÃO PONTO**

Obrigação dos empregadores que tenham empregados, possuírem livro ponto ou cartão mecanizado com obrigatoriedade de o empregado registrar sua presença ao trabalho, horário de início, intervalo para descanso e refeição, encerramento de jornada e horário extraordinário.

## **FALTAS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTAS PARA GESTANTE**

Fica assegurado o abono de falta a empregada gestante, limitada a uma mensal, no caso de consulta médica, mediante comprovação por declaração de médico conveniado com o INSS ou apresentação da carteira de gestante

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - SAQUE DO PIS**

Obrigação de os empregadores dispensarem seus empregados durante meio expediente da jornada de trabalho, sem prejuízo salarial, para saque das parcelas do PIS, e durante um dia quando seu domicílio bancário for fora da cidade.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS MÉDICOS**

Os empregadores ficam obrigadas a aceitar para todos os efeitos, atestados de doença fornecidos por profissionais credenciados pelo INSS e atestados ou declaração de comparecimento, desde que o mesmo

possua o horário fixado da consulta, mesmo que a empresa possua serviço médico próprio ou convênio

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - ABONO PARA CONSULTAS E INTERNAÇÕES DE FILHOS**

O empregado não sofrerá qualquer prejuízo salarial quando faltar ao serviço, por no máximo 3 (três) horas para consulta de filhos menores de 12 (doze) anos de idade ou inválidos, desde que comprovado por declaração médica, devendo no caso de consulta constar o horário marcado e de encerramento da mesma, limitado o abono a no máximo de 6 (seis) faltas ao ano.

O empregado não sofrerá qualquer prejuízo salarial quando faltar ao serviço, por internação ou baixa hospitalar de filhos menores de 12 (doze) anos de idade ou inválidos, desde que comprovado por declaração médica, limitado o abono a no máximo de 6 (seis) faltas ao ano.

### **JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - JORNADA ESTUDANTES**

Aos empregados que estiverem efetivamente frequentando curso de primeiro e segundo grau ou nível superior (universitário), devidamente oficializado, desde que comprovem a sua situação escolar, é reconhecido o direito de recusarem qualquer prorrogação de sua jornada de trabalho. O trabalho excedente a oito horas normais, desde que não objetive a compensação de horas não trabalhadas aos sábados, não será entendido como prorrogação horária para aplicação da presente cláusula.

**Parágrafo Único:** A jornada de trabalho do estudante deverá, salvo ajuste em contrário, ser encerrada 20 (vinte) minutos antes do horário de início de sua aula

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - ESTUDANTES - PROVAS**

Os empregados estudantes, matriculados em escolas oficiais ou reconhecidas, em cursos compatíveis com sua atividade profissional, em dia de realização de provas finais de cada semestre, limitados a 05 (cinco) por semestre, serão dispensados de seus pontos, sem prejuízo salarial, durante meio turno, desde que comuniquem a empresa 48 (quarenta e oito) horas antes e comprovem no mesmo prazo.

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ATRASOS**

Os empregadores não poderão descontar a importância relativa ao repouso semanal remunerado e feriado correspondente, quando o empregado, apresentando-se atrasado no horário de serviço, tem seu trabalho permitido naquele dia.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CURSOS E REUNIÕES**

Obrigações de os cursos e reuniões, quando promovidos pela empresa, no caso de comparecimento obrigatório, serem realizados durante a jornada normal de trabalho ou as horas correspondentes, no caso de realização fora da jornada normal, serem pagas como extraordinárias.

### **FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - FÉRIAS**

Ficam os empregadores, ao concederem férias aos seus empregados, obrigadas a pagar remuneração destas até 02 (dois) dias antes do início do período concedido, conforme estabelece o artigo 145 da Consolidação das Leis do Trabalho

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - CONTAGEM DAS FÉRIAS**

Quando da concessão das férias, os empregadores não poderão computar os feriados como dias de férias.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - CANCELAMENTO DE FÉRIAS**

Comunicado ao empregado o período de gozo de férias individuais, o empregador somente poderá cancelar ou modificar o início previsto se ocorrer necessidade imperiosa

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - PARCELAMENTO DE FÉRIAS**

Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**

Ficam desobrigadas de indicar médico coordenador do PCMSO os empregadores de Grau risco 1 ou 2, segundo o Quadro I da NR 4, com até 50 (cinquenta) empregados.

**Parágrafo Primeiro:** Os empregadores enquadrados no grau de risco 1 ou 2 do quadro I da NR 4, estarão obrigadas a realizar exame médico demissional dentro dos 15(quinze) dias que antecederem o desligamento definitivo do trabalhador, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado a mais de 270 (duzentos e setenta) dias.

**Parágrafo Segundo:** Os empregadores com até 20 (vinte) empregados, enquadrados nos graus de risco 3 ou 4, segundo o Quadro I da NR 4, ficam desobrigadas de indicar médico do trabalho Coordenador do PCMSO.

**Parágrafo Terceiro:** Os empregadores enquadrados no grau de risco 1 ou 2 do Quadro I da NR 4, estarão obrigadas a realizar exame médico demissional até a data da homologação da rescisão contratual, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de 270 (duzentos e setenta) dias.

**Parágrafo Quarto:** Os empregadores enquadrados no grau de risco 3 ou 4 do Quadro I da NR 4, estarão obrigadas a realizar o exame médico demissional até a data da homologação da rescisão contratual, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

## **RELAÇÕES SINDICAIS**

## ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - QUADRO DE AVISOS

Mediante comunicação prévia ao empregador pelo sindicato profissional, fica permitida a divulgação em quadro mural de fácil acesso aos empregados de editais, avisos e notícias editadas pelo sindicato, desde que não contenham matéria de cunho partidário ou ofensivo ao empregador.

## LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - DIRIGENTES SINDICAIS

Assegura-se a frequência livre aos dirigentes sindicais que fazem parte da Diretoria do Sindicato profissional, quando convocados com antecedência mínima de 72 (setenta duas) horas, para participar de assembleia e reuniões sindicais devidamente convocadas e comprovadas.

## CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CÓPIAS DAS GUIAS

Ficam os empregadores obrigados a encaminhar às entidades acordantes cópia das guias de contribuição sindical e desconto assistencial, acompanhadas da relação nominal de empregados constando o CPF de cada um, no prazo máximo de 10 (dez) dias após os respectivos recolhimentos.

### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL

Conforme deliberação na assembleia dos empregados fica estabelecida contribuição negocial: de **R\$ 120,00** (Cento e vinte reais) a ser recolhida em duas parcelas de igual valor nos seguintes prazos: **a) R\$ 60,00** (sessenta reais) descontado na folha de **maio de 2023** a ser recolhido até **10 de junho de 2023**; e **b) R\$ 60,00** (sessenta reais) descontado na folha de **junho/23** a ser recolhido até **10 de julho de 2023**.

**Parágrafo Primeiro** - A contribuição negocial ora prevista é devida por todos os integrantes da categoria, sejam eles associados ou não do sindicato respectivo, de acordo com a Sumula 86 do TRT da quarta região.

**Parágrafo Segundo** - O empregado poderá opor-se ao referido desconto de forma escrita encaminhando a sua oposição ao departamento pessoal das empresas ou ao sindicato profissional, em 3 (três) vias, **até o dia 30.04.2023**.

**Parágrafo Terceiro** - Caso a oposição seja feita na empresa, esta terá que encaminhar pelo correio ao sindicato profissional **até o dia 30.04.2022**, uma via de cada oposição protocolada.

**Parágrafo Quarto** - Expirado o prazo estipulado no Caput e parágrafo anteriores não será mais permitida a oposição ao referido desconto.

**Parágrafo Quinto** - O Empregador obriga-se a se abster de, sob qualquer conduta, induzir ou coagir qualquer empregado, em desrespeito à liberdade sindical, influenciando ou coartando sua vontade livre, individual e soberana de contribuir com a entidade profissional na forma desta cláusula.

**Parágrafo Sexto** - Os empregadores descontarão de seus empregados admitidos a pós a data do caput desta cláusula, e recolherão ao Sindicato dos Empregados em Escritórios e Empresas de Serviços Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul valor equivalente a **R\$ 60,00** (sessenta reais) nos mesmos termos previsto no parágrafo segundo e terceiro desta cláusula, salvo se o mesmo já contribuiu ou contribuiu na forma prevista no caput da presente cláusula, ou se ele apresentar oposição em até 10 (dez) dias após a sua admissão. A importância resultante dos descontos efetuados deverá ser repassada ao sindicato profissional acordante até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao desconto, sob pena das cominações previstas no art. 600 da CLT.

**Parágrafo Sétimo** – Os valores que por ventura vierem a ser descontados dos colaboradores não opositores a título de Contribuição Assistencial serão pagos pelo Empregador, não havendo o desconto em folha, somente a demonstração dos valores a serem recolhidos.

## CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

As empresas representadas pelo Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul - SESCON/RS, ficam obrigadas a recolher a esta entidade importância estabelecida na tabela abaixo. O presente recolhimento, que se constitui em ônus do empregador, deverá ser efetuado **até o dia 15 de setembro de 2022**.

### Valor da Faixa do nº de empregados contribuição

Sem Empregados		80,00
(contribuição mínima)		
1	à 5	118,00
6	à 10	325,00
11	à 15	520,00
16	à 20	760,00
21	à 30	1.185,00
31	à 40	1.420,00
41	à 60	1.830,00
61	à 80	2.800,00
81	à 130	4.190,07
131	à 180	6.175,89
181	à 230	8.161,70
231	à 280	10.147,52
281	à 330	12.133,33
331	à 380	14.119,15
381	à 430	16.104,96
431	à 480	18.090,78
481	à 580	21.069,50
581	à 680	25.041,13
681	à 780	29.012,77
781	à 880	32.984,40
881	à 980	36.956,03
981	à 1080	40.927,66
1081	à 1180	44.899,29
1181	à 1280	48.870,92
1281	à 1380	52.842,55
1381	à 1480	56.814,18
Acima de		60.785,82
1481		

**Parágrafo Primeiro:** O pagamento efetuado fora dos prazos estabelecidos nesta cláusula implica nas cominações previstas no artigo 600 da CLT.

## DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - DESCUMPRIMENTO DO ACORDO COLETIVO

Na hipótese de descumprimento das cláusulas e condições ajustadas na presente convenção, o SINDESC notificará por escrito O EMPREGADOR para que, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) horas, diligenciará para que a obrigação seja cumprida, ou sejam prestados os esclarecimentos necessários.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Caso mantido o descumprimento da obrigação após a notificação ou caso prestados os esclarecimentos o assunto será submetido ao Sindicato Profissional para providências

## **RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - VALIDADE DO ACORDO COLETIVO**

Os acordos coletivos de trabalho envolvendo empregados e empresas representadas pelas entidades convenientes, salvo aqueles que tratam especificamente de participação nos lucros e resultados, deverão ser obrigatoriamente assistidos e firmados pelo sindicato econômico, sob pena de ineficácia

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - FGTS**

Obrigação de ser o recolhimento do FGTS feito com base no total da remuneração do empregado

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - ENTREGAS DE DOCUMENTOS**

Fica a empresa obrigada a entregar e fazer as devidas anotações nos documentos inerentes a relação de emprego.

**Parágrafo Primeiro - ENTREGA DA CTPS** - devolver a CTPS do empregado, devidamente anotada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de seu recebimento pelo empregador.

**Parágrafo Segundo - ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO** - promover a anotação na CTPS do empregado da função efetivamente exercida no estabelecimento.

**Parágrafo Terceiro - ENTREGA DE DOCUMENTOS** - fornecer a seus empregados, desde que requerido, comprovante de recebimento de quaisquer documentos que digam respeito à relação de emprego, que por estes lhes sejam entregues.

**Parágrafo Quarto - INFORMAÇÃO DE RENDIMENTOS** - fornecer ao empregado, em caso de rescisão contratual, a informação anual de rendimentos para fins de imposto de renda.

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - CADASTRAMENTO JUNTO AO SESC**

Os empregadores, sempre que houver requerimento de seus trabalhadores, ficam obrigadas a cadastrar-se junto ao Serviço Social do Comércio - SESC, para que os trabalhadores gozem dos benefícios de sócio

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - VALE TRANSPORTE**

Os vales transporte deverá ser fornecidos de acordo com a legislação, de forma antecipada, em no máximo duas parcelas, e cada parcela deverá ter a quantidade mínima que possibilite ao empregado o seu uso em pelo menos quinze dias.

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL**

Recaindo o término do aviso prévio proporcional, nos termos da Lei 12.506 de 11.12.2011, nos trinta dias que antecedem a data base, faz jus o empregado despedido à indenização prevista na lei 7.238/84.

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - AUXILIO MOBILIDADE**

Caso não exista transporte regular no município, ou a pedido do empregado a empregadora poderá dispor de auxílio mobilidade, sendo facultado a empresa o desconto de que trata o parágrafo único do artigo 4º da lei 7418/85. Ficando o valor limitado a tabela abaixo, com base na quilometragem percorrida por dia do Endereço da Empresa ao da Residência ao Empregado e vice-versa. Sendo esse valor não cumulativo.

- - Até 20km p/dia – R\$ 313,00
- - Até 25km p/ dia – R\$ 391,00
- - 26 ou mais km p/ dia – R\$ 469,00

### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO**

Quando houver necessidade, na avaliação da empresa, que o seu empregado tenha que realizar curso de aprimoramento profissional, deverá custear de forma integral, sendo que o horário disponibilizado para a sua realização será considerado como jornada de trabalho.

### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - AUXILIO RANCHO NATALINO**

O empregador pagará no mês de dezembro a título de abono Auxílio Rancho Natalino, por meio de Cartão de benefícios Alimentação, o montante de R\$ 250,00, proporcionais aos avos de trabalho do ano vigente, considerando o cálculo de avos conforme os de direito de 13º salário.

### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - DESCONTOS AUTORIZADOS**

As empresas ficam autorizadas a procederem os descontos salariais, **desde que prévia e expressamente autorizadas pelo empregado**, a título de: mensalidade do sindicato de empregados; seguro de vida em grupo; farmácia; convênios com médicos dentistas, clínicas, óticas, funerárias, hospitais, casas de saúde e laboratórios; convênios com lojas; convênios para fornecimento de alimentação, seja através de supermercado ou por intermediação de SESC OU SES; e outros referentes a benefícios que forem comprovadamente, utilizados pelo empregado em seu proveito, disponibilizados pelo Sindicato Profissional ou pelo Empregador.

**Parágrafo Primeiro:** Quando tais benefícios forem concedidos pelo sindicato profissional as empresas deverão repassar os respectivos valores aos cofres da entidade até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto.

### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - NOTIFICAÇÃO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA TERÇO DE FÉRIAS**

O sindicato profissional notifica as empresas representadas pelo sindicato empresarial conveniente que transitou em julgado decisão proferida pela Justiça Federal declarando que não incide contribuição previdenciária referente a quota do empregado sobre o terço de férias.



**PARÁGRAFO ÚNICO** – As empresas representadas pelo sindicato empresarial conveniente, quando solicitado por empregado ativo ou ex-empregado, ficam obrigadas a fornecer cópia do recibo de pagamento de férias gozadas a partir de 2010

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - PLANO DE SAÚDE**

O Empregador Manterá plano de assistência médica para seus Empregados, após os primeiros 90 dias do contrato de experiência.

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - DESCONTO VALE TRANSPORTE**

O empregador descontará do empregado o valor máximo de R\$ 0,50 para custeio do vale transporte conforme preconiza o parágrafo único do artigo 4º da lei 7418/85.

**Parágrafo Único:** A diferença apurada entre 6 % e R\$ 0,50 poderá ser paga a título de abono, nos termos do artigo 457, 2º da CLT, e neste caso, o montante a ser descontado será de 6%.

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - PLANO ODONTOLÓGICO**

O empregador irá proporcionar de forma gratuita aos seus empregados, de forma gratuita, plano odontológico de abrangência nacional, regulado pela ANSS, após os primeiros 90 dias do contrato de experiência

#### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - ANUIDADE CRC**

Caso a empresa venha exigir que o profissional tenha seu registro ativo junto ao Conselho Regional de Contabilidade do RS, deverá pagar a Referida Anuidade na sua integralidade.

}

**RODRIGO PREUSS DE ARAUJO FONSECA  
SECRETÁRIO GERAL  
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESC E EMP SERV CONTAB RS**

**GUILHERME CARDEAL  
SÓCIO  
CARDEAL CONTABILIDADE LTDA**

### **ANEXOS ANEXO I - ATA AGE PROFISSIONAL**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.